

EM TEMPO:

Uma avaliação das marcantes
resoluções aprovadas na convenção
do PT paulista

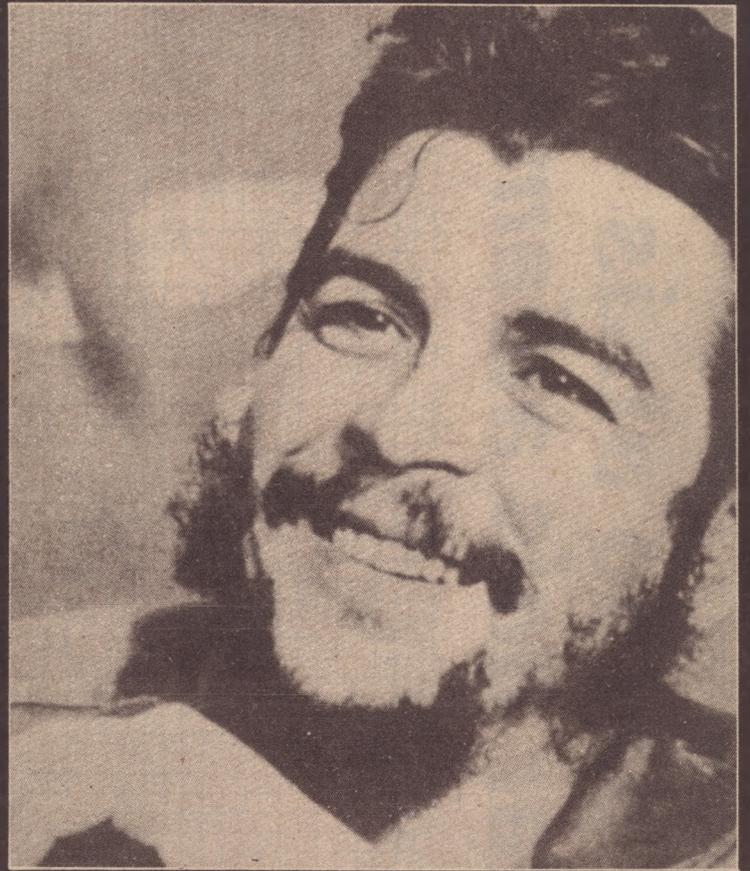
(Págs. 8 e 9)

Periódico Nacional Nº 221 15 de Outubro a 15 de Novembro de 1987 Ano X Cz\$ 30,00

Uma estrela brilha na UNE

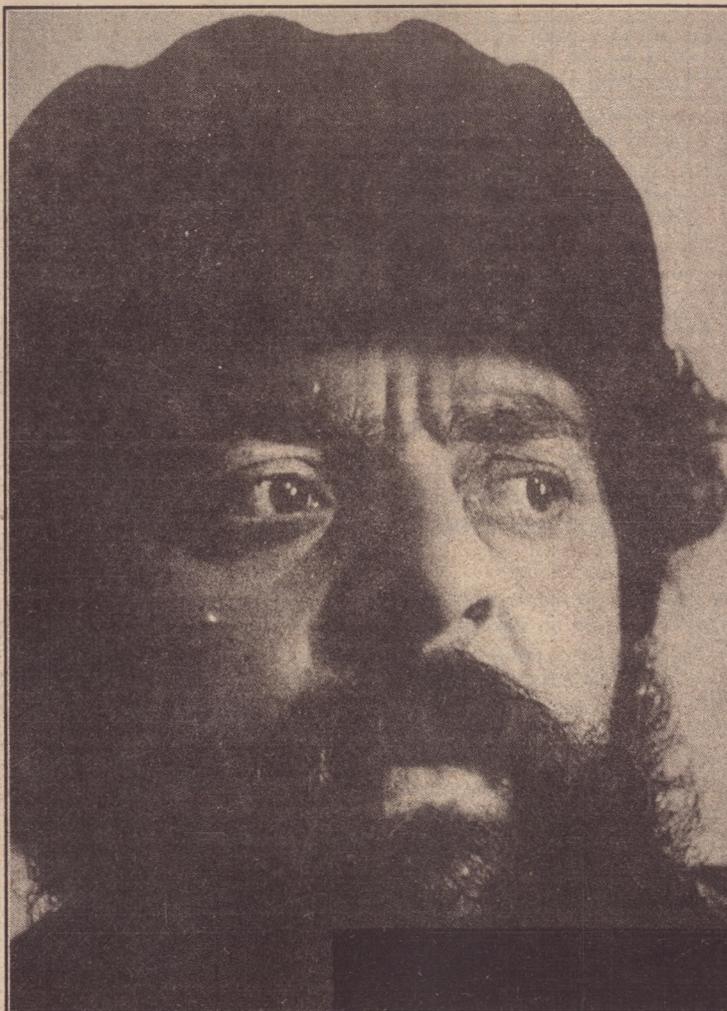
Um balanço político da grande vitória da oposição no 38º Congresso (Pág. 11)

CHE



Nos vinte anos da morte de Guevara, o revolucionário que incendiou de esperança os corações de uma geração inteira de socialistas, um artigo do teórico Michael Lowy sobre o humanismo revolucionário do Che.

(Págs. 4 e 5)

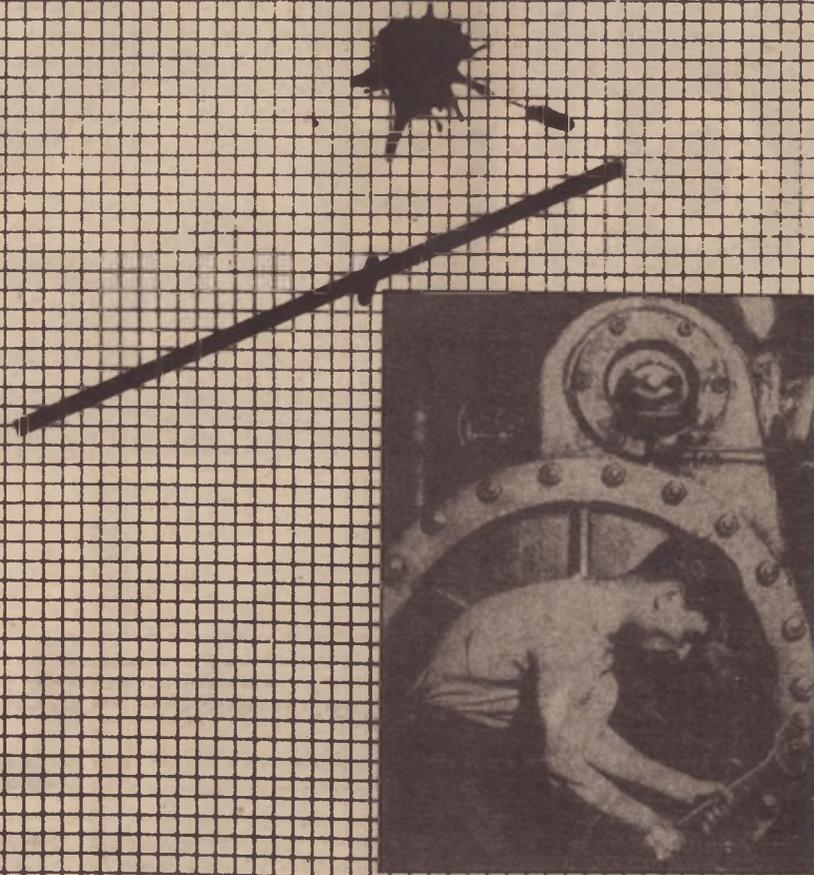
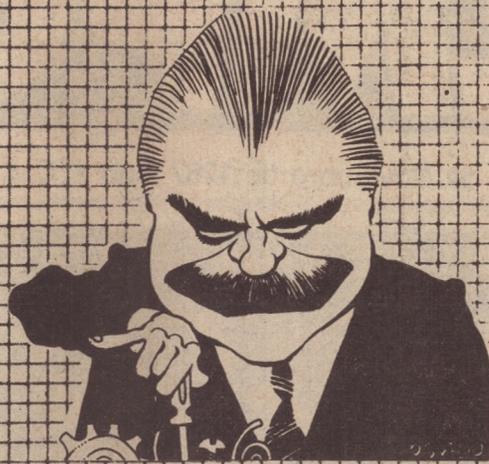


LULA

Eleições dos metalúrgicos de São Paulo, greve geral do dia 20, diretas: em entrevista exclusiva, o presidente do PT aborda com franqueza os grandes temas em debate no movimento.

(págs. 6 e 7)

Um passo atrás para dar dois adiante



A derrota da greve geral e o impasse da campanha pelas diretas já impulsionam uma reflexão importante nas fileiras do PT e da CUT.

A derrota da greve geral convocada para o dia 20 de agosto amorteceu o ímpeto ainda inicial e inseguro da campanha pelas diretas já que tinha no PT o seu principal protagonista. Há um nítido recuo da chamada "ala esquerda" do PMDB, diante da diminuição da pressão do movimento de massas. E nestes meses finais da votação da Constituinte e da definição do tempo do

mandato de Sarney parece muito pouco provável que esta situação possa ser modificada.

Essa dificuldade do movimento operário independente organizar uma ofensiva coordenada e de massas contra a "Nova República", no terceiro ano da transição burguesa, tem colocado um debate vivo nas fileiras do PT e da CUT. É uma reflexão importante: trata-se de definir com

muito realismo o que pode e deve ser feito nestes próximos meses; empreender uma reflexão de fundo sobre as raízes das dificuldades de se organizar uma alternativa política de massas à "Nova República" e, evidentemente, de como superá-las.

As tarefas imediatas

Com a dificuldade de organizar um movimento

de massas contra a "Nova República", a dinâmica do movimento operário independente volta a desenvolver-se em dois planos: o de uma luta encarniçada contra a maioria conservadora no Congresso Constituinte e uma ação de resistência sindical, principalmente naquelas categorias que têm data-base no período, à avalanche do arrocho salarial desencadeada pelo Plano Bresser.

Os dois campos de luta são muito importantes. Neste momento, a luta sindical nas diversas categorias tanto pode contribuir para obter conquistas econômicas, diminuindo a carga do arrocho salarial desencadeado pelo Plano Bresser, como para ir reconstruindo a autoridade da vanguarda do movimento depois da tentativa fracassada de organização da greve geral. É um momento necessário também para aprofundar a organização da CUT na base do movimento. Depois da greve geral foram desencadeados vários movimentos grevistas de peso: o movimento nacional dos previdenciários, dos bancários com mais força em algumas regiões, dos funcionários do Banco Central, dos canavieiros de Pernambuco, dos trabalhadores na construção civil de Itaipu (brutalmente reprimida a baionetas pelo Exército), etc. Várias delas têm conseguido vitórias econômicas, muito parciais é verdade, mas que diminuem a carga do arrocho salarial sobre estas categorias.

No Congresso Constituinte, a esmagadora maioria das emendas populares encaminhadas foram rejeitadas logo de início pelo relator da Comissão de Sistematização. Mas, explorando as brechas e eventuais divergências do bloco conservador, conseguiu-se aprovar pelo menos três emendas importantes no campo dos direitos sociais: a estabilidade no emprego após três meses, a extensão aos trabalhadores rurais dos direitos dos trabalhadores urbanos e a redução da jornada de trabalho para 44 horas. Essas emendas, é certo, sofreram um terrível bombardeio no plenário final do Congresso Constituinte.

É o movimento pela reforma agrária aquele setor do movimento popular que tem mantido um grau mais persistente e massivo de pressão sobre o Congresso Constituinte. Além de uma manifestação de vinte mil pessoas no Rio de Janeiro e em várias outras cidades do país, os trabalhadores rurais realizaram grandes manifestações em Brasília. O cerco contra a reforma agrária, no entanto, é sólido.

Neste cenário no qual a transição burguesa assegura um alto grau de controle político e institucional e mantém uma linha de continuidade no fun-

damental com as leis e aparato repressiva da ditadura, em que abençoa o mandato bionico do governo Sarney, o PT, além de garantir a pressão para obter eventuais conquistas parciais, está chamado a tomar uma iniciativa política nacional de denúncia, um posicionamento que faça chegar as amplas massas o seu amplo e profundo desacordo com a nova Constituinte aprovada. Uma iniciativa que garanta um fio de continuidade o mais claro possível para um novo período de lutas, pelas grandes bandeiras de democracia e justiça social que foram vetadas pelo caráter retrógrado do Congresso Constituinte.

Uma resposta de lutas parciais?

Seria um erro, no entanto, transformar essa orientação tática para os próximos meses em uma teorização de uma estratégia para todo um período da luta de classes, que se abrirá após o Congresso Constituinte. É um completo idealismo supor que o movimento operário independente pode acumular forças com uma dinâmica separada de lutas parciais no plano sindical e no plano parlamentar, sem um enfrentamento de conjunto à "Nova República".

Contra a eficácia de um plano de lutas parciais no movimento sindical conspira toda a direção da política econômica da "Nova República". Ao contrário da política econômica dos anos finais da ditadura, que tinha de enfrentar além do movimento sindical uma grande oposição parlamentar, a gestão da economia colocada em prática pelo governo Sarney apoia-se em um grande apoio institucional.

Assim, apesar de toda a combatividade sindical, dos mais de sete milhões de grevistas deste ano, o terceiro ano da transição burguesa empareda os trabalhadores em um grau de arrocho salarial que o Dieese avalia como um dos maiores da história. O exemplo mais expressivo vem justamente dali onde o movimento operário foi mais combativo, e experimentou todas as formas de luta sindical: São Bernardo, com a categoria metalúrgica diminuída de 140 para 120 mil, em decorrência de demissões e com uma média salarial bem inferior à média salarial de 1980.

De outro lado, é um cálculo fora da conjuntura estimar que há um caminho de progressão linear para o PT no plano eleitoral. A insatisfação popular, o desencanto com o PMDB progride em uma velocidade muito maior que a possibilidade imediata de expansão eleitoral do PT. Se não encontra uma alternativa de conjunto à esquerda, esse movimento das amplas massas de descontentamento com a "Nova República" pode emigrar para a apatia, a descrença (como já se verifica atualmente) ou, pior, ainda, ser canalizada para a direita, como ocorreu nas eleições para a prefeitura de São Paulo.

Essa reflexão nos leva a colocar ainda com mais ênfase as questões que dizem respeito à dificuldade do movimento operário independente organizar um movimento político de massas contra a "Nova República".

Duas possibilidades

Haveria duas grandes linhas possíveis de explicação para a incapacidade do movimento operário e popular organizar um combate nacional e de massas à "Nova República".

A primeira delas seria atribuir essa dificuldade a um fato objetivo: a transição burguesa teria alcançado um tal grau de unidade das classes dominantes, de legitimação popular, de cooptação do movimento popular que teria isolado para o nível da propaganda por todo um período da luta de classes a idéia de uma alternativa global à "Nova República". Se correta essa avaliação, as tentativas recentes do PT e da CUT não passariam de um vanguardismo irrealista.

A segunda linha de explicação se voltaria mais para o caráter subjetivo do impasse, isto é: apesar de alcançar um volume de atividade massivo, o movimento operário e popular careceria de grandes fragilidades de consciência política e de organização que impediriam um combate político de massas centralizado à transição burguesa. Se isso é certo, o fundamental dos nossos esforços seria não o de relegar a um futuro longínquo a idéia da organização de uma alternativa global de massas à "Nova República", mas investir com força na solução (ou atenuação) dessas fraquezas políticas



Diretas já: um grito ainda parado no ar

e organizativas que entram o movimento.

É evidente que estas duas linhas de explicação não são excluídas, se combinam em algum grau. Mas temos de encontrar aquela explicação que tem um peso maior, que é mais determinante, que joga um papel mais decisivo.

Um balanço contraditório

A primeira linha de explicação que identifica na raiz do impasse do movimento operário independente a existência de uma transição apoiada em uma sólida unidade das classes dominantes, completamente controlada e legitimada perante as massas choca-se com a realidade.

É verdade que as classes dominantes conseguiram um grau importante de unidade sobre a transição burguesa. Uma unidade que permitiu ao governo, por exemplo, tomar grandes iniciativas no plano econômico como o Plano Cruzado e manter uma maioria esmagadora no Congresso Constituinte. A transição avança mantendo o fundamental da legislação repressiva dos órgãos de repressão criados durante a ditadura militar e a presença influente das Forças Armadas.

Mas essa unidade mais profunda convive com uma luta sem quartel pela disputa da hegemonia burguesa na transição: não têm outro sentido as escaramuças, os atritos, as disputas fisiológicas entre o PMDB e o PFL, entre os vários setores do PMDB entre si, entre o PMDB e o governo Sar-

ney, ansioso por ganhar mais autonomia. Essas disputas e a heterogeneidade do PMDB abrem brechas importantes para a oposição à "Nova República".

É verdade também que o governo da "Nova República", nesses três anos, tem conseguido manter um equilíbrio entre a administração da dívida e a manutenção do crescimento econômico. Mas este equilíbrio tem sido permanentemente ameaçado pela hiperinflação, pela crise na balança de pagamentos, por uma incapacidade de uma retomada mais ampla dos investimentos, o único fator que permitiria a sustentação de um crescimento por um período mais prolongado. Atualmente, pressionado pelos credores internacionais, a política econômica da "Nova República" vem adotando nitidamente um sentido recessivo, de arrocho salarial e de desemprego.

E, sobretudo, não apenas o PT e a CUT se mantiveram como pólos de independência de classe, mas têm acumulado forças nitidamente nestes três anos. A força conquistada pela CUT, hegemônica no movimento sindical, constitui já hoje uma barreira intransponível à idéia de um pacto social. O PT, além de um enorme crescimento da influência, tem evoluído bastante em relação à compreensão de várias questões estratégicas.

Se somarmos a isto o descontentamento com o governo Sarney, visível em todas as pesquisas realizadas, e a tendência a um crescente desgaste do PMDB, chegaremos à conclusão que não pode

se descartar a possibilidade da organização de um movimento político de massas contra a "Nova República" no atual período. Não houve uma derrota de envergadura que imobilizasse uma ofensiva de conjunto do movimento operário por um longo período.

As carências do PT e da CUT

Se este raciocínio é correto, devemos buscar no nível atual de consciência dos trabalhadores e de organização do PT e da CUT os maiores entraves à organização de uma greve geral contra a política econômica do governo e um movimento de massas de oposição à "Nova República".

Assim, ao contrário de uma visão que tem parcelas de verdade mas é superficial — a de que o problema do movimento é a colocação de tarefas que não tem capacidade de realizar objetivamente, um desvio vanguardista, enfim — somos levados a uma reflexão que aponta a raiz do impasse no atraso político da vanguarda do movimento operário e popular.

A maior evidência deste atraso está no fato de que a grande massa dos milhares de ativistas do movimento sindical e popular que surgiram desde o censo do movimento iniciado em 1978/79 não estar organizada, de fato, partidariamente, apesar de ter referência política no PT. Essa vanguarda, em sua grande maioria, ainda não trouxe a visão partidária para o seu cotidiano da luta de classes, ainda não está organizada partidariamente para

dirigir os movimentos. Essa realidade, por sua vez, é explicada pelos graves desvios na construção do PT que se relacionam com a divisão entre prática eleitoral e nos movimentos, com o caráter objetivamente frentista assumido pelo partido, com a ausência de clareza política na maioria de seus quadros etc.

As conseqüências desta "despartidarização" da vanguarda são muitas. Em primeiro lugar, rebaixa a politização do conjunto de sua atividade (da qual a incompreensão da importância central da luta democrática é o mais importante). Em segundo lugar, introduz na prática sindical desta vanguarda uma tensão vanguardista, isto é, uma dificuldade de pensar a prática sindical em sua especificidade, atenta e sensível à consciência e disposição de luta da massa da categoria.

Para o PT, o fato da enorme massa dos ativistas não estarem organicamente vinculadas ao partido significa uma grande diminuição do seu potencial político de mobilização e de crescimento. Ao invés de um canal permanente de acumulação política do movimento, o partido passa a no máximo ecoar, refletir, a radicalização classista do movimento.

Na conjuntura da transição burguesa, quando as classes dominantes politizam ao máximo o seu discurso, quando o governo ganha uma capacidade de iniciativa importante, quando há uma disputa ideológica de massas, este atraso político tem o significado preciso de entravar a organização de uma contra-ofensiva unificada e de massa.

É evidente que esta indicação do atraso político não resume todas as carências da vanguarda do movimento operário e popular. Nem é o caso de fazer aqui um rol dos problemas organizativos e políticos desta vanguarda. Mas este é, a nosso ver, um problema central, ao qual todos os outros de uma maneira ou outra se ligam.

O salto necessário

Essa avaliação significa que se deve fazer um esforço concentrado neste período para obter grandes avanços políticos e organizativos no PT e na CUT.

No caso do PT, o processo de desbloqueamento e de descongelamento

de um clima sectário entre as diversas correntes do partido, o avanço nas definições políticas abre campo para uma série de avanços organizativos. Estes incluem a organização de direções políticas mais fortes e partidárias assumidas pelas diversas correntes (ao nível estadual, como está ocorrendo em São Paulo, mas também a nível nacional), a centralização da atividade sindical, o lançamento de um jornal de massas do PT e toda uma série de atividades de centralização e democratização da vida interna do partido. A convenção nacional do PT que se realiza neste fim de ano é um bom momento para se impulsionar estes avanços.

No caso da CUT, o esforço no descongelamento da exacerbação da luta interna, que levou por exemplo ao racha de um congresso da CUT mineira e foi um dos fatores da derrota da CUT nas eleições dos metalúrgicos de S.P., deve ser combinado com um reforço, uma atenção duplicada, com as organizações horizontais e de base da central.

Existem ainda muitas dificuldades para dar estes passos. Mas eles podem ser entendidos como condição necessária, indispensável para se retomar a luta contra a "Nova República" em um novo patamar de unidade e politização.

Qual tática

Estes avanços organizativos não excluem e, pelo contrário, exigem um amplo e profundo debate no PT e na CUT sobre a tática a ser adotada para unificar a luta contra a "Nova República".

Esta pauta de discussões deverá incorporar uma avaliação das características da conjuntura aberta após o Congresso Constituinte. O partido deve aprofundar o debate já iniciado em São Paulo sobre qual alternativa de governo o PT deve propor (inclusive, qual o seu programa) e como expressá-lo através da candidatura de Lula à presidência. Deverá concretizar uma política de alianças e como combinar o esforço eleitoral do ano que vem com a luta de massas. Outro item decisivo é por onde passa o esforço de unificar nacionalmente a luta do movimento sindical contra a política econômica do governo.

Uma boina, uma estrela, o uniforme do guerrilheiro: uma imagem que resiste ao tempo e que acostumamos a ver por todo o Brasil, figuradas em posters e camisetas. Guevara, o quase-mito que se fundiu com o próprio sonho da revolução.

Nada mais natural, por isso, que a figura do Che seja cada vez mais assimilado pelas vanguardas classistas que constroem o PT. Em São Paulo, nos vinte anos de sua morte, o PT promoveu um grande ato de homenagem ao combatente revolucionário assassinado na Bolívia.

Aqui, o teórico marxista Michael Lowy analisa o porque da permanência do Che e a herança política dos seus escritores.

O humanismo revolucionário de Che

Michael Lowy

Há vinte anos, no dia 8 de outubro de 1967, tombou nas montanhas da Bolívia o homem que, nos anos 60, foi o símbolo da generosidade revolucionária, do internacionalismo autêntico, da ética comunista: Che Guevara. Escreveu Walter Benjamin em suas teses **Sobre o conceito de história** (1940) que a memória dos antepassados vencidos e martirizados é uma das mais profundas fontes de inspiração revolucionária. É verdade. É preciso salvar do esquecimento ou da adociação burocrática a memória e o pensamento vivo do Che.

Ele não foi só um combatente, mas um pensador cujas obras merecem ser reeditadas porque são portadoras de uma mensagem política e moral. Entre todas as figuras revolucionárias do Terceiro Mundo, a de Che Guevara é a que melhor resistiu à prova do tempo. Por quê? Porque no cerne de todas as suas opções políticas e ideológicas se encontra um verdadeiro **humanismo revolucionário**.

Lendo **O Capital**, o Che comentava: "O peso deste monumento da inteligência humana é tal que nos faz esquecer o caráter humanista (no melhor sentido do termo) de suas preocupações. O mecanismo das relações de produção e sua conse-



"Se você é capaz de se indignar cada vez que uma injustiça é cometida no mundo, então somos companheiros, é que importa."

quência, a luta de classes, esconde em certa medida o fato objetivo que são os homens que se movem na atmosfera histórica."

Isto significa que os homens fazem sua própria história e que o objetivo do socialismo é o controle racional dos homens sobre a vida econômica. A história, observa Che, nunca é "mecanicamente determinada pela acumulação de forças econômicas". Em outras palavras: "Jamais se pode separar a análise econômica do fato histórico da luta de classes e, portanto, não se pode jamais fazer abstração do "homem (...) expressão viva da luta de classes."

Contra a passividade "neokautskiana" dos partidos da esquerda tradicional, à espera de que "as condições amadureçam", o Che sublinha que a vanguarda não deve aguardar de braços cruzados a emergência de todas as condições objetivas e subjetivas para que "o poder caia nas mãos do povo como um fruto maduro" — mas deve **contribuir** para criar essas condições pela sua ação. Isto não significa uma visão puramente voluntarista: a vanguarda pode acelerar a marcha dos acontecimentos "nos limites do que é objetivamente possível".

Internacionalismo

Para o Che, o internacionalismo não era um tema edificante para discurso no Primeiro de Maio, mas um modo de vida, uma fé secular, uma pátria espiritual. Não se pode compreender a significação essencial de seu internacionalismo senão à luz de seu humanismo revolucionário. O internacionalismo é a manifestação mais autêntica, mais pura e universal, a mais combativa e mais **prática** desse humanismo. "A revolução cubana", acentua, "tem um caráter humanista. Ela é solidária com todos os povos oprimidos do mundo".

O verdadeiro internacionalista, para Che Guevara, é quem "se angustia com o assassinato de um homem em qualquer parte do mundo e se entusiasma quando se ergue uma nova bandeira da liberdade em qualquer parte". É aquele que considera como "**afronta pessoal**" toda agressão à dignidade e à felicidade do homem não importa onde.

Seu horizonte não se limitava ao Terceiro Mundo (centro de sua ação e interesses). Em setembro de 1959, na revista mexicana "Humanismo", definia a fraternidade anti-imperialista em termos de classe, com critérios marxistas: "Não é verdade que nossa fraternidade sobrepu-

ja as distâncias, as diferenças de língua e a ausência de laços culturais estreitos e nos une na luta? Não é verdade que um operário japonês está mais próximo de um operário argentino, de um mineiro boliviano, de um homem que trabalha para a United Fruit ou de um cortador de cana que de um samurai japonês?

O internacionalismo proletário é para Che Guevara não apenas um imperativo moral de humanismo conseqüente, mas, sobretudo, uma **necessidade prática e realista da luta revolucionária contra o inimigo imperialista**. A indignação e angústia que exprime, em 1966, ante a trágica solidão do povo vietnamita face à agressão mortífera da maior máquina de guerra da história, traduz a revolta do humanista revolucionário e, sobretudo, a reflexão de um comunista, lúcido antiimperialista, que vê nessa solidão "um momento ilógico da humanidade".

Moral comunista

As posições do Che no grande debate sobre a economia de transição para o socialismo travado na década de 60 em Cuba, se relacionam com sua visão humanista revolucionária do mundo. "O socialismo econômico sem a moral comunista

não me interessa. Lutamos contra a miséria mas, ao mesmo tempo, contra a alienação. Um dos objetivos fundamentais do marxismo é fazer desaparecer o interesse, o fator de "interesse individual" e o lucro das motivações psicológicas. Marx se preocupava tanto com os fatos econômicos como com sua tradução no espírito. Chamava a isto de "um fato de consciência". Se o comunismo negligência os fatos de consciência, pode ser um método de repartição, mas não é mais uma moral revolucionária". Daí conclui que "para construir o comunismo, é preciso mudar o homem ao mesmo tempo que a base econômica".

Mas isto de forma alguma significa que as tese econômicas de Che exprimem um moralismo abstrato. Elas implicam uma visão realista e lúcida da **relação dialética entre meio e fim** no processo histórico de transição para o socialismo. Esta dialética é tal que certos meios **não podem** conduzir ao objetivo. Ernest Mandel intervém ao lado de Che no debate cubano e sublinha que saturar a vida social com fatores de incentivo ao enriquecimento, à corrida pelo sucesso pessoal, exerce efeitos dissolventes sobre a consciência de classe e, desse modo, cria obstáculos perigosos no caminho para o socialismo.

Outro tema do debate econômico opunha o Che a certos economistas cubanos apoiados por Charles Bettelheim e que afirmavam ser a lei do valor uma lei objetiva da economia socialista, de acordo com o Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS dos tempos de Stalin. Sem negar a sobrevivência, por todo um período, das categorias mercantis e da lei do valor, Guevara, apoiado por Mandel, insistia sobre a **contradição fundamental** entre o princípio da planificação e a lei do valor, contradição que deve ser progressivamente resolvida pela abolição dos vestígios da sociedade mercantil.

O debate da transição

isto significa, por exemplo, que, embora se utilizem elementos da lei do valor para fins comparativos (custos, rentabilidade expressa em moeda aritmética), os preços serão estabelecidos "com manifesto desprezo pela lei do valor, considerando sempre que toda uma categoria de artigos fundamentais para a vida humana deve ser oferecida a preços baixos". Acima do debate "técnico", o que está em jogo para o Che é a própria significação do socialismo como dominação consciente da atividade produtiva. Para ele, a planificação é "o ponto em que a consciência do homem chega enfim a sintetizar e a dirigir a economia para seu objetivo, a libertação total do ser humano no quadro da sociedade comunista".

Os escritos econômicos do Che e sua atuação como ministro da Indústria de Cuba revelam uma profunda sensibilidade igualitária e antiburocrática. Mas lhe falta uma visão coerente e concreta da **autogestão** e da **democracia socialista**. Seus argumentos em defesa do planejamento econômico contra as categorias mercantis deixam na sombra uma questão política chave: quem planifica? **Quem decide** sobre as grandes opções do plano econômico? **Quem determina as prioridades** da produção e do consumo? Sem uma verdadeira democracia socialista — isto é sem a) pluralismo político, b) discussão livre e democrática das prioridades, c) livre escolha do trabalhadores entre as diversas propostas e plataformas alternativas e d) controle direto da população laboriosa sobre os responsáveis pelo plano — o planejamento centralizado transforma-se inevitavelmente em um sistema burocrático, autoritário e ineficaz de "ditadura sobre as necessidades".

Em outras palavras: os problemas econômicos da transição para o socialismo são inseparáveis da natureza do sistema político. As inegáveis conquistas sociais e econômicas de Cuba, nos últimos vinte anos, mostram as consequências negativas da ausência de instituições democrático/socialistas, embora Cuba não tenha conhecido as aberrações burocráticas e totalitárias dos outros Estados pós-capitalistas.

A polêmica de Guevara contra o fetichismo do mercado conserva plena atualidade, como comprova a recente discussão entre Ernest Mandel e Alec Nova, defensor do "socialismo de mercado". Mas os argumentos do Che seriam muito mais convincentes se estivessem apoiados no controle democrático dos trabalhadores a nível local, regional e nacional.

O teórico da guerrilha

Para os latinoamericanos, Che foi acima de tudo o teórico da guerra revolucionária, o grande pensador da guerrilha rural. Vinte anos após a trágica derrota da guerrilha boliviana e de tantas outras no continente, qual o balanço que se pode fazer desse legado? Recordemos que a guerrilha desempenhou papel importante na revolução nicaragüense e é um dos eixos principais da luta popular revolucionária em El Salvador.

Seria falso reduzir o pensamento de Guevara unicamente ao **foco** de guerrilha. Suas idéias são muito mais profundas. Com sua célebre formulação de 1967 (Mensagem à Tricontinental) — "ou revolução socialista ou caricatura de revolução" — ele ajudou toda uma geração de revolucionários a se desvencilhar da carcaça staliniana da "revolução por etapas" e contribuiu para o florescimento duma nova vanguarda combativa.

Entretanto, é verdade que encontramos em seus escritos uma tendência para reduzir a revolução à luta armada, a luta armada à guerrilha rural e esta última ao pequeno núcleo do **foco**. É certo que também se encontram, em sua obra, passagens que colocam de maneira mais correta a importância da luta política de massas. "O atentado e o terrorismo cego não devem ser utilizados. É preferível fazer um trabalho de massas (...) para que no momento desejado estas massas, apoiadas pelo exército rebelde, possam mobilizar-se e fazer pender a balança para o lado da revolução..."

A tendência ao reducionismo militarista terminou por predominar em muitas organizações armadas, de inspiração guevarista (ou castrista). O resultado de seu combate heróico, mas isolado das massas, foi a derrota. Assim tombaram com o Che uma série de dirigentes revolucionários, hoje figuras legendárias na América Latina: Camilo Torres, Luiz de la Puente Uceda, Guillermo Lobaton, Yon Sosa, Turcios Lima, Fabricio Ojeda, Inti Peredo, Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Roberto Santucho, Miguel Enriquez e muitos outros.

Em contraste, a experiência dos movimentos populares armados da América Central demonstra o papel de direção revolucionária efetiva de organizações de vanguarda, amplamente inspiradas pelo guevarismo e a experiência cubana, na medida em que conseguem superar o "foquismo". A luta revolucionária na Nicarágua e em El Salvador não se limitou à coluna de guerrilha rural (ou aos núcleos de guerrilha urbana), mas tomou a forma de uma dialética explosiva entre a cidade e o campo, a luta armada e as greves, a insurgência urbana das favelas e a guerrilha rural, a mobilização sindical dos trabalhadores e a luta das comunidades camponesas.

Limites do modelo

Pode-se generalizar para o conjunto da América latina a atual experiência centroamericana? Na realidade, o continente latinoamericano está longe de ser homogêneo: podemos distinguir dois tipos de formações sociais aos quais correspondem métodos específicos de luta:

I — os países semicoloniais "clássicos", de predominância agrária, produtores de matérias-primas, diretamente dominados pelo imperialismo em associação estreita com a oligarquia local: a Nicarágua de Somoza, El Salvador, Guatemala, Honduras, Haiti, Paraguai, Equador etc.

II — Os países semiindustrializados, que continuam dominados pelo imperialismo, mas conheceram um importante desenvolvimento industrial: México, Argentina, Brasil.



Entre estes dois tipos, diversas formações intermediárias: Peru, Colômbia, Bolívia, Venezuela etc.

Um dos principais erros dos grupos de guerrilha dos anos 60 e 70 foi precisamente o de ignorar essas diferenças e querer aplicar em todos os países do cone sul o modelo cubano de guerra revolucionária (ou a visão simplificada e unilateral dessa experiência). Nos países semiindustrializados, provavelmente serão os métodos "clássicos" da luta proletária o eixo principal da luta revolucionária nos próximos anos: construção de um partido de trabalhadores com base de massa nas cidades e no campo, luta pela independência política das classes exploradas e oprimidas, construção da unidade operária-camponesa-popular, auto-organização das massas nas fábricas, nos latifúndios, nas favelas, mobilização das mulheres, da juventude e dos indígenas em movimentos sociais autônomos — e, em situação e crise, o armamento dos trabalhadores, a greve geral, a insurreição.

Mas, em todos os países da América Latina, os revolucionários deverão tomar em conta as idéias defendidas pelo Che que nada perderam em atualidade: a dimensão continental e internacional da luta revolucionária, a unidade entre as tarefas de libertação nacional e as tarefas socialistas, a necessidade de empunhar as armas para derrubar o poder das classes dominantes e do imperialismo.

Che e a nova geração

A projeção do Che foi muito além da América Latina e do Terceiro Mundo: nos anos 1967-70 as massas de jovens erguiam seu retrato em gigantescas demonstrações diante do

Pentágono, nas barricadas de maio em Paris, nas universidades de Londres e nas avenidas de Berlim. Como explicar esse guevarismo, surpreendente à primeira vista, dos setores mais radicalizados da juventude dos anos 60?

De saída porque, tanto por sua vida exemplar como por seus escritos, Che lhes aparecia como o símbolo brilhante do **internacionalismo**, de seu novo internacionalismo (fascinado pelo Terceiro Mundo). Jeanette Habel, dirigente da Juventude Comunista Revolucionária, declarou, no Congresso de Solidariedade ao Vietnam (Berlim, fevereiro de 1968): "A juventude da Europa Ocidental deve se inspirar no exemplo do Che, o revolucionário sem fronteiras. Devemos defender o Che como uma bandeira (...) sensível ao destino de todos os explorados e que luta sem esperar nenhuma retribuição material (...) opondo a violência revolucionária à violência reacionária."

Outro aspecto que atrai a juventude é a visão do comunismo como uma nova humanidade e não uma visão estatizada da sociedade capitalista moderna. O objetivo do comunismo não é o de "alcançar" os EUA ao nível da produção e do consumo (o sonho de Kruchschov) mas o de bater-se por um **modelo oposto de civilização**, um novo mundo social, cultural e moral.

Não se teata de retornar aos anos 60. Mas cada geração que se radicaliza, que se rebela contra a ordem estabelecida, que procura uma alternativa ao estado de coisas existente, encontrará na figura de Che, em sua mensagem moral e política, em seu espírito humanista e revolucionário, uma fonte de inspiração inesgotável e incorruptível.



Os erros que precisam ser superados no nosso movimento

Entrevista a Joaquim Soriano

— O que aconteceu nas eleições dos metalúrgicos de São Paulo? Por que que os setores mais avançados do sindicalismo não conseguiram a vitória?

Lula — Acredito que foi por falta de competência, por falta de uma análise política correta. Vários companheiros da oposição de São Paulo tiveram uma dose de auto-suficiência muito grande, não tiveram humildade para compreender que ganhar aquele sindicato era extremamente importante para o movimento operário, e sensibilidade para entender que nenhuma força individualmente tinha forças para ganhar. E que era necessário uma composição. Principalmente os companheiros do MOMSP tiveram um papel importante nessa derrota, porque se autoterminaram como donos absolutos da oposição sindical e como os únicos competentes para administrar o sindicato. A história comprovou outra coisa. Comprovou que as duas chapas tiveram juntas um número superior de votos que a chapa de diretoria, que ganharam nas empresas mais importantes, mas no segundo escru-



“Ou se conversa em igualdade de condições entre companheiros, com humildade, compreendendo o papel de cada um, independente de suas posições ideológicas, ou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo vai continuar ainda muito tempo nas mãos da CGT.”

tínio aconteceu o mesmo que já tinha acontecido em 84: a diretoria pelega venceu. A arrogância política teve um peso nessa derrota. E ela significou deixar uma diretoria continuar a usar o sindicato contra a própria categoria.

Cabe tanto ao PT como à CUT avaliar esse processo e tentar convencer os companheiros que, ou se conversa em igualdade de condições entre companheiros, com humildade, compreendendo o papel de cada um, independente de suas posições ideológicas, ou aquele sindicato vai continuar ainda muito tempo nas mãos da linha da CGT.

Eu acho que o Lúcio Bellantani errou ao precipitar a aliança com companheiros do PC do B, PCB e PDT. Acho que ele extrapolou um processo que estava em andamento. Os companheiros do MOMSP erraram quando entenderam que não deveria haver composição de espécie alguma, que deveria ser chapa pura, na minha opinião, a mais estreita possível. Quando você quer ganhar e tem consciência que sozinho não tem condições é burrice não tentar ganhar, não fazer uma composição com setores que possam ajudar a ganhar. É inegável que Lúcio, o pessoal do PDT, tanto quanto o MOMSP, representavam forças respeitáveis na categoria. Como cada um foi para o seu lado, quem ganhou foi Joaquim, foi a CGT. Espero que essa lição tenha servido. Creio que poderíamos ter ganho as eleições e se não o conseguimos foi devido, principalmente, à estreiteza política de um segmento ligado ao MOMSP. No Rio de Janeiro também não foi fácil se fazer composição, foi necessário muita conversa, houve muito diz-que-diz, mas se terminou entendendo que para ganhar era necessário compor. E o resultado foi a vitória.

Na última reunião do Diretório Nacional, Lula nos manifestou o interesse de dar a sua opinião sobre os grandes debates que estão sendo travadas nos últimos meses no movimento operário.

Com a língua solta, roçando nos temas mais polêmicos, Lula falou sobre as eleições dos metalúrgicos de São Paulo, a greve do dia 20 de agosto, os desvios que vê no movimento, as possibilidades da campanha das diretas e da Constituinte.

Dando prosseguimento ao esforço de contribuir para o diálogo franco e aberto no interior do PT, EM TEMPO traz aqui a opinião polêmica de Lula.

— Durante um bom tempo a CUT manteve uma posição que eu chamo de auto-afirmação, que era bater chapa da CUT contra o resto e essa política veio até pouco tempo atrás. Nos metalúrgicos de São Paulo foi isso que aconteceu. A direção da CUT apoiou uma chapa da CUT sozinha, sem composição com setores da CGT.

Lula — Na verdade, a direção de CUT não teve como escapar. Pelo que conheço do pensamento de vários companheiros da CUT, tenho certeza que gostariam de que fosse chapa única, tirada em uma assembleia do conjunto da categoria, com a participação de todas as forças políticas. Acontece que existiam companheiros que entendiam que deveria ser uma assembleia apenas dos cutistas. Eu falei com companheiros do PDT e eles me disseram que era impossível para eles assumirem uma postura cutista na medida que eram diretores do sindicato e o sindicato ainda não tinha convocado um congresso para definir essa posição. Isso teria que ser respeitado, já que a posição de filiação é por entidade, por sindicato e não pessoal, individual.



“Nas eleições sindicais, é preciso saber determinar quem é o inimigo principal e quem são os adversários políticos. Fazer alianças para derrubar o principal inimigo. Depois, nos três anos seguintes, se tira a diferença internamente ou se vai a uma disputa eleitoral na categoria.”

O pessoal do PDT estava rompendo com a diretoria, com Joaquim, e poderia ser puxado, com discussão política, para o lado da CUT. Mas foi repudiado pelo fato de pertencer a uma diretoria. Isso é um erro. Eu não posso esquecer que fui diretor de um sindicato que o presidente era tido como uma pessoa não-grata ao movimento dos trabalhadores. Eu, Djalma Bom, Nelson Campanholo, Devanir Ribeiro fomos dessa diretoria e nem por isso somos piores do que quem estava na oposição. Por isso, a questão básica

não é essa e sim de como fazer aliança.

Eu não vejo como erro a realização de alianças, contando que você não abra mão dos princípios que nortearam o nascimento da CUT e do movimento sindical combativo. Para isso, você tem que ter, antes de tudo, capacidade para saber determinar quem é o inimigo principal e quem são os adversários políticos e os ideológicos. É correto que se faça aliança com os adversários políticos para derrubar o principal inimigo. Depois, nos três anos seguintes, se tira essa diferença internamente ou se vai a uma disputa eleitoral na categoria. Acho que a CUT amadureceu nesse sentido. A CUT avançou muito e vai avançar ainda mais.

Mas na CUT existem sindicalistas que se autoproclamam revolucionários e dizem que o Sindicato de São Bernardo é socialdemocrata, que Lula, Meneguelli são social democratas. Agora nenhum revolucionário fez mais greve, mobilizou mais, conseguiu mais avanço que nós conseguimos. Engraçado é que eu chamei os sindicatos revolucionários para uma avaliação da última greve e nenhum compareceu, simplesmente porque não conseguiram parar uma única fábrica em suas categorias no Estado de São Paulo. Então, é preciso parar com o discurso ufanista e colocar os pés no chão e buscar compreender qual o nível de compreensão dos trabalhadores.

Eu penso que as últimas eleições de novembro deram uma demonstração do mesmo. Foram realizadas pesquisas em São Bernardo e ficou claro que 75% dos trabalhadores votaram no PT. Quando se fez pesquisas nas portas das fábricas das categorias desses sindicatos revolucionários verificou-se que mais ou menos esse índice votou no Antonio Ermirio, Maluf, Quercia. Então, eu me pergunto: que consciência esses dirigentes levaram às duas categorias? Nenhuma, nenhuma. Às vezes vão para as portas das fábricas e fazem discursos tão estreitos que 90% dos trabalhadores não entendem o que se está dizendo...

— Lula, isso é o que antigamente se chamava vanguardismo?

Lula — É. E é o vanguardismo exarcebado, ou seja as pessoas se dotam de um mínimo de consciência política e a partir daí acham que todo mundo está no mesmo nível dele e começa a andar na frente dos trabalhadores, muito distanciado. Eu creio que é preciso criar responsabilidade. Temos tudo por fazer ainda. O trabalhador ainda não compreende muita coisa. Então, é preciso deixar de ser um revolucionário teórico e ter os pés no chão, ser um bom dirigente dos trabalhadores na sua ação diária. Eu tenho ponderado isso e vou lutar por isso. É preciso parar com o vanguardismo. Eu acho que temos companheiros extraordinários na oposição, como o Waldemar Rossi, Lúcio, Chico Gordo, Helio Bombardi, Carlucio, que têm potencial muito grande e liderança na categoria, mas companheiros que às vezes não raciocinam politicamente, não têm sensibilidade de sentar a uma mesa e verificar até onde se pode chegar, independente de se abrir mão de alguma idéia.

A CUT avança, evolui no sentido de compreender que nem sempre as coisas são como a gente quer, que às vezes as coisas não são do jeito que a classe trabalhadora compreende, do jeito que ela tem capacidade de compreender. É importante, sempre que possível, ganhar se fazendo chapa da CUT, mas quando isso não é possível sozinho e existem setores de esquerda dispostos a compor, é necessário se ter sensibilidade para isso.

— Nesse momento, a CUT é o setor hegemônico no movimento sindical. Como

levar uma política sindical combativa, integrando o conjunto das categorias?

Lula — É inegável que na CUT existe o setor mais avançado, mais moderno do sindicalismo brasileiro. E é preciso fazer avançar as massas. De repente, não se pode ter a greve como a única saída. A greve é uma saída, possivelmente a mais importante que temos para enfrentar a poder econômico, mas temos que fazer com que a classe trabalhadora entenda o momento adequado de fazer um determinado tipo de luta. Os trabalhadores brasileiros estão preparados para fazer greves por salários, por melhores condições de vida.

Agora, quando a greve é mais geral, tem que envolver mais segmentos da sociedade. É preciso envolver partidos, membros da Igreja, comunidades, de base, movimento popular. Isso foi uma das coisas que não ficaram claras na greve do dia 20 de agosto. Era uma greve que dava a impressão de que era apenas do movimento sindical. Uma greve contra a política econômica do governo precisa dessa ampla aliança, uma aliança de todos que são contra a política econômica do governo.

Acabou o tempo que a greve era instrumento para tudo. A greve é um instrumento que a gente não pode desgastar. E ninguém consegue fazer uma greve se a classe trabalhadora não está convencida disso, ninguém consegue fazer uma greve através pura e simplesmente do piquete, na marra. É preciso convencimento político. A greve do dia 20 foi uma lição para todos nós. Eu acho que devemos conversar mais, abrir mais, trazer mais gente para o nosso lado quando a gente vai fazer uma luta contra o governo, uma luta mais geral. Isso falhou no dia 20 e não deve falhar em outras lutas que devemos travar daqui para frente.



“Quando uma greve é geral, tem que envolver mais segmentos da sociedade: partidos, membros da Igreja, comunidades de base, movimento popular. Isso foi algo que não ficou claro na greve do dia 20 de agosto.”

— Já que você falou no dia 20 de agosto existe dentro da CUT uma avaliação que a greve foi positiva, que várias cidades do Norte e Nordeste paralisaram... Como você avalia isso?

Lula — Eu acho normal que os companheiros que pararam suas categorias estejam eufóricos e dizendo que a greve foi um sucesso. Mas uma greve que não consegue parar São Paulo, e não consegue parar totalmente Estados importantes como Rio Grande do Sul e Minas, do ponto de vista quantitativo, foi um fracasso. Como o seu objetivo era mudar a política econômica do governo e ela não mudou, não se pode dizer que foi vitoriosa. Eu acho que a greve foi vitoriosa no aspecto econômico, se enterdermos por isso, que em função da marcação da data da greve os empresários resolveram antecipar o pagamento do resíduo inflacionário e o governo resolver dar o abono. Mas do ponto de vista político está longe de ter conseguido o sucesso como vêem alguns companheiros mais ufanistas.

Eu tive condições de falar com quase todas as comissões de fábrica de São Bernardo do Campo e com várias diretorias de sindicatos. Todas me falaram claramente que os trabalhadores não estavam acreditando muito naquela greve. Os trabalhadores viam que para mudar a políti-

ca econômica do governo era necessário mais que um dia de greve. E foi isso que aconteceu. Eu acredito que não existe trabalhador no mundo que tenha mais motivos que o trabalhador brasileiro para fazer greve, seja em função da miséria econômica, da política econômica, etc. Mas, ao mesmo tempo que existe o motivo, não existiu a motivação, porque um grande número de trabalhadores não estava convencido politicamente dessa greve. Acredito que o PT fez uma boa avaliação do dia 20 de agosto e espero que ela sirva para orientar os petistas nas próximas lutas a serem travadas pelos trabalhadores.

— Como você avalia a campanha pelas diretas e a reação popular em relação a essa bandeira? Analistas burgueses dizem que existe uma grande frustração no povo...

Lula — Frustração, o povo tem das diretas em 84 a morte de Tancredo Neves, da “Nova República”, do Cruzado 1, Cruzado 2, Cruzado 3, da Constituinte. É normal que o povo não acredite mais em nada. Mais, mesmo assim, creio que a campanha pelas diretas foi um sucesso. Os comícios de Brasília, Caruaru, São Paulo, Porto Alegre foram comícios extraordinários. Obviamente não se pode compará-los com os de 84, quando se tinha toda a máquina do Estado trabalhando pelas diretas, com ônibus, funcionários públicos liberados às três horas da tarde para irem aos comícios. De qualquer forma, essa campanha foi um sucesso.

Os comícios estão um pouco parados porque nós não podemos manter o rush da comissão de sistematização e participar de todo esse processo. No meu caso, é humanamente impossível sair de Brasília nesses dias. Mas, quando a gente terminar a comissão de sistematização, vamos voltar para a rua outra vez, não só para alertar o povo do que está acontecendo na Constituinte, mas também para o que está acontecendo na conjuntura, sobretudo depois do discurso melancólico de José

Sarney.

— E sobre a Constituinte? A bancada do PT tem conseguido ter um espaço maior do que o esperado?



“É preciso que a classe trabalhadora entenda que o mal da Constituinte não é de agora, mas sim de 15 de novembro, quando a burguesia elegeu a grande maioria dos representantes. Hoje, nós estamos praticamente necessitando fazer milagres para conseguir alguma coisa.”

Lula — Eu acho que quando a gente terminar a fase da comissão de sistematização vamos ter um quadro fiel de como vai ficar a Constituinte. Vou trabalhar na comissão de sistematização com unhas e dentes para a gente tentar arrancar o máximo possível. É preciso que a classe trabalhadora entenda que o mal da Constituinte não é de agora, mas sim de 15 de novembro, quando a burguesia elegeu a grande maioria dos representantes.

Hoje, nós estamos praticamente necessitando fazer milagres para conseguir alguma coisa. A bancada do PT tem tido um papel importante nessa luta. É uma bancada atuante, que tem muita moral e é muito representativa. Uma representatividade adquirida na sociedade e que nos dá um cacife maior para trabalhar aqui dentro. Temos apenas como bastante experientes Plínio, Genoino e Irma Passoni. O restante ainda é bastante inexperiente e muitos ainda estão inibidos, mas sinto que essa bancada vai dar o que falar. E não apenas na Constituinte, mas também depois.

Fique por dentro

Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado	70,00
Teses Sindicais	70,00
Marxismo e Teologia da Libertação na América Latina	50,00
Violência Rural e Reforma Agrária	50,00
O que é Estrutura Sindical — Vito Gianotti	70,00
Caminhos da Construção — Agamenon Vieira	100,00
Teoria Leninista da Organização — Ernest Mandel	150,00
Introdução ao Marxismo — Ernest Mandel	200,00
Da Crítica ao Populismo à Construção do PT — Raul Pont	150,00
A Crise do Movimento Comunista — Fernando Claudin	390,00
O Estado e a Revolução — Lenin	290,00
A Guerra Civil na França — Marx	190,00
As Lutas de Classes na França — Marx	250,00
Socialismo Utopico e Socialismo Científico — Engels	150,00
O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo — Lenin	140,00
Marx — Engels e a História do Movimento Operário — Riazanov	180,00
A Nova Mulher e a Moral Sexual — Alexandra Kollontai	175,00
Marxismo e Revolução Sexual — Alexandra Kollontai	150,00
A Revolução de 1905 — Trotsky	590,00
Textos Políticos — Che Guevara	250,00
Textos Revolucionários — Che Guevara	210,00
Reforma Agrária — A Luta Pela Terra no Brasil — Isaac Akcelrud	110,00
História da Indústria e do Trabalho no Brasil — Francisco Foot	390,00
História das Tendências no Brasil — Antônio Ozal	300,00

Para receber envie cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — CEP 05414 — São Paulo — SP

João Machado

As resoluções políticas aprovadas no Encontro Estadual do PT-SP merecem uma discussão detalhada: em geral, servem de base principal para o Encontro Nacional do partido. Além disto, elas introduzem muitas novidades com relação às posições já assumidas pelo PT, no geral positivas, marcando um novo momento na nossa discussão.

É importante ter em conta que estas resoluções resultam de um processo de discussão bastante longo e de contribuições bastante diversificadas. Um processo longo, porque elas se baseiam nas discussões que vêm sendo realizadas há meses pela "Corrente" que se está formando em nível nacional em substituição à antiga "articulação dos 113". E contribuições bastante diversificadas porque o próprio Encontro incorporou um número muito grande de emendas, em geral a partir do acordo da chapa majoritária, que mudaram de forma significativa certas partes do texto, emendas estas propostas tanto por membros da corrente majoritária quanto das outras correntes. Isto é, as resoluções são do Encontro, e não da corrente majoritária.

As resoluções — "Por um PT de massas, democrático e socialista", têm sete partes: 1 — A conjuntura política atual; 2 — O momento histórico brasileiro e a luta pelo socialismo; 3 — A política de alianças petista; 4 — Algumas questões sobre a construção do socialismo; 5 — A política sindical do PT; 6 — A construção do PT. No Encontro, foi incorporado uma sétima parte: "O PT e o Movimento Popular.

Podemos identificar novidades importantes em quatro questões principais: — o tipo de alternativa estratégica que o PT deve apresentar à "Nova República" e à dominação burguesa do Brasil, questão que se combina com a do tipo

de governo que o PT deve buscar, e com a do tipo de alianças que o partido deve impulsionar;

— a da concepção de sindicalismo que deve ser defendida pelo PT;

— a questão da construção do PT hoje, dos principais problemas a enfrentar;

— a concepção do socialismo, destacando-se uma visão da transição e da democracia na construção do socialismo.

A alternativa estratégica do PT

Na primeira questão, as novidades que a resolução traz são profundas. Na verdade, até agora, o PT vinha contornando esta questão, e não tinha uma concepção definida de alternativa a defender, não tinha uma política de alianças (além da idéia de fazer alianças pontuais, em questões específicas) e não tinha uma visão de como a alternativa a ser defendida hoje se combinaria com a luta pelo socialismo. Sobre estas questões, a resolução política traz uma posição, que sinteticamente podemos resumir em "alternativas democrática e popular", "governo democrático e popular", "programa democrático e popular", "frente classista combinada com frente democrática e popular".

Segundo esta posição, o PT deve partir da sua oposição hoje à "Nova República" para propor uma alternativa mais global: "a alternativa que o PT deve apresentar não pode se limitar a ser uma alternativa à 'Nova República'. Ao contrário, trata-se de uma alternativa estratégica à dominação burguesa neste país, com o objetivo de realizar as transformações econômicas, sociais e políticas exigidas pelos trabalhadores e demais camadas exploradas pelos monopólios".

A construção desta alternativa estratégica — chamada de "alternativa democrática e popular" — exige uma política de acúmulo de forças centrada

Convenção do PT paulista

Os avanços e limites das propostas aprovadas

Definições estratégicas sobre a luta pelo socialismo, a política de alianças, rumos para a atuação sindical e para a construção partidária: um conjunto de resoluções que renovam e aprofundam o programa do partido.

no reforço do próprio PT, da CUT e de um movimento popular independente, e na ocupação de espaços institucionais. E exige a apresentação de uma proposta de governo e de um programa — chamados também "democráticos e populares" (o lançamento da candidatura do Lula à presidência, reafirmado, é coerente com esta perspectiva).

A expressão "democrático e popular" refere-se sempre à visão de que "só uma aliança de classes, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e a pequena burguesia, tanto da cidade como do campo, têm condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil". Esta idéia, é, naturalmente, correta; mas é importante enfatizar a diferenciação das camadas médias e que uma tal aliança só se pode fazer a partir da hegemonia do proletariado, que deve tornar-se o "caudilho da nação oprimida", como dizia Trotsky. Esta ênfase falta no texto. Voltaremos a isto depois.

Um programa anticapitalista

Corretamente, a resolução aponta que esta concepção se diferencia da linha tradicional do PCB de "alternativa nacional e democrática", pois esta incluiria a burguesia. Ao contrário, a alternativa do PT explicitamente afasta a possibilidade de qualquer aliança es-

tratégica com setores da burguesia. Os setores que se aliam na "alternativa democrática e popular" o fazem justamente a partir de "suas contradições com a burguesia".

Por outro lado, o programa defendido pelo PT, "programa democrático e popular" parte de problemas sentidos pelas massas oprimidas hoje, mas inclui também diversas questões que não podem ser absorvidas, **no seu conjunto**, pelo capitalismo, e dizem portanto respeito já à transição para o socialismo: rompimento com o FMI, contra o pagamento da dívida externa; estatização da indústria farmacêutica e de todo o serviço de saúde; estatização do transporte coletivo; estatização do sistema financeiro; reforma agrária sob controle dos trabalhadores; estabilidade no emprego, jornada de trabalho máxima de 40 horas semanais; etc.

Na mesma linha, o "governo democrático e popular" é compreendido como "um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto um governo hegemônico pelo proletariado e que só poderá se viabilizar com uma ruptura revolucionária", e além disso, as tarefas que este governo se propõe "exigem a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia" e "o enfrentamento da resistência capitalista". Isto é, fica claro, pelo seu programa, pela sua base social, pela sua dinâmica de choque com o capitalismo, que o "governo democrático e popular" iniciaria uma transição ao socialismo.

Portanto, o texto diz corretamente que "um governo desta natureza não representa a formulação de uma nova 'teoria das etapas', imaginando uma 'etapa democrático-popular' "ou imaginando a possibilidade de "uma nova fase do capitalismo, uma fase "democrática e popular".

Política de alianças

Dentro desta formulação, qual política de alianças deve ser defendida pelo PT? Além de alianças táticas, pontuais, o texto propõe duas formas de alianças estratégicas: "frente

única classista" (alianças com forças que atuam no movimento operário, partidos que se reivindicam de trabalhadores, comunistas e socialistas) e "frente democrática e popular" — dos trabalhadores com as "camadas médias", na qual a classe trabalhadora deve "forjar sua unidade interna para assim conseguir conquistar a hegemonia no conjunto da frente democrática e popular". Embora pouco desenvolvida, e especialmente não fazendo uma análise do quadro partidário brasileiro, esta visão de política de alianças representa sem dúvida um avanço para o partido.

Podemos avaliar estas concepções como sendo bastante próximas das que temos defendido no EM TEMPO, que vêm na verdade das discussões que se iniciaram durante a revolução russa, e depois nos primeiros anos da III Internacional; e que tiveram seqüência na IV Internacional. E por outro lado, nas posições da esquerda revolucionária latina-americana que nos anos 60, a partir do exemplo da revolução cubana, rompeu com o reformismo dos PCs stalinistas. Assim, encontramos a idéia de rejeição da "revolução por etapas" e de alianças estratégicas com setores da burguesia. O "governo democrático popular", tal como é explicado, corresponde ao clássico "governo operário e camponês" ou "governo dos trabalhadores", com a diferença importante do nome (voltaremos a isto).

O debate sobre a hegemonia

Podemos daí deduzir que a resolução do Encontro é fundamentalmente correta e que o PT com ela ficará armado para enfrentar todas estas questões decisivas?

Para responder a esta pergunta, é importante partir do fato de que o texto passou por muitas modificações desde a sua primeira versão, inclusive no próprio Encontro (incorporação de muitas emendas, muitas delas propostas pela chapa de que participamos), modificações que o melhoraram progressivamente, que o tornaram mais claro, mas que não retiraram algumas



"... um governo hegemônico pelo proletariado e que só poderá se viabilizar com uma ruptura revolucionária"

insuficiências e ambigüidades. As mais importantes têm a ver justamente com a questão o peso que a resolução dá à unificação com os setores médios, que termina ganhando mais importância do que a luta pela unificação do proletariado e pela conquista da sua hegemonia sobre o conjunto dos setores oprimidos pelo capitalismo, inclusive uma parte substancial dos setores médios, mas não estes setores no seu conjunto. Esta preocupação um tanto desproporcional com os setores médios se reflete no nome "democrático e popular". Por que não falar de "operário e popular", ou de "democrático, operário e popular", ou ainda de "alternativa democrática e dos trabalhadores", isto é, por que não incluir no nome nada que dê uma idéia mais precisa da hegemonia de classe que buscamos?

Na verdade, além de uma certa falta de clareza na corrente majoritária do PT de São Paulo (e a nível nacional) sobre estas questões, há certamente no interior desta corrente setores que se aproximam muito de uma visão etapista e que influenciaram o texto.

Por tudo isto, podemos considerar que a resolução aprovada é um avanço, mas que o aprofundamento desta discussão, a manutenção de passagens que foram incluídas em São Paulo a partir da nossa contribuição, e a busca de formulações mais precisas, particularmente na questão das alianças, é muito importante, em primeiro lugar para o Encontro Nacional marcado para o início de dezembro.

O sindicalismo classista

A parte sobre linha sindical da resolução do Encontro é uma das melhores do texto. É semelhante a várias resoluções de congressos estaduais da CUT, já comentadas pelo EM TEMPO. Aliás, esta discussão, na verdade, fica muito melhor situada numa discussão no PT do que na CUT: é o partido que deve ter uma compreensão clara da concepção de sindicalismo, da relação entre partido e sindicatos etc. Uma central sindical pode ser várias concepções (já que pode ter filiados identificados com várias visões políticas).

A concepção central do texto é inteiramente correta: o sindicalismo classista, que defendemos, procura construir os sindicatos como "autênticas organizações de massa, unitárias, representativas, independentes do Estado e dos patrões", busca "unir os trabalhadores, como classe, na luta concreta contra a burguesia"; por isto, "possui uma perspectiva socialista", embora "só a organização política, partidária" abra o caminho para a "conquista do poder e a construção do socialismo". "O sindicalismo classista considera a defesa da democracia operária nos sindicatos uma questão de princípios".

Além disto, a resolução insiste corretamente sobre a necessidade da luta para centralizar a intervenção sindical dos militantes petistas.

O terceiro tema fundamental da resolução — a construção do PT — coincide inteiramente com idéias que temos exposto no EM TEMPO: a necessidade de superar a visão que contrapõe partido de vanguarda a partido de massas, partido dirigente a autonomia dos movimentos; a necessidade de avançar na transformação do PT em um partido de militância, que intervenha organiza-

do e unido nos movimentos; a importância da nucleação, a importância da democracia interna, inclusive da proporcionalidade em todas as instâncias de direção. A divergência aparece na questão da regulamentação do direito de tendência, que já comentamos na edição passada do EM TEMPO.

Socialismo e democracia

A parte sobre o socialismo é talvez a mais fraca, como conjunto, de toda a resolução. Antes de mais nada, é muito desequilibrada: centra-se sobretudo na questão de que o socialismo não pode levar desde o início da sua construção à expropriação do pequeno capital (o que é óbvio) e a partir daí é feita uma ligação com a idéia-força que já comentamos antes de aliança com setores médios, especialmente de pequenos proprietários.

É claro que o processo de construção do socialismo exigirá durante um período importante a convivência com o pequeno capital; é claro também que o PT, como partido socialista, deve ter uma proposta para estes setores. Mas não podemos aqui desconhecer as diferenciações no interior dos "setores médios" e de "pequenos proprietários".

E nem podemos considerar que esta seja a única questão decisiva da construção do socialismo no Brasil, e menos ainda que a importância da democracia na construção do socialismo venha daí, como o texto indica.

Na verdade, a questão da democracia na construção do socialismo, como a experiência histórica tem indicado à exaustão, vem sobretudo da necessidade de que os trabalhadores organizados exerçam um controle efetivo sobre o poder para que não se desenvolvam formas de burocratização e até de degeneração dos Estados operários (como na URSS, na China, no Leste europeu).

Sensibilidade antiburocrática

Assim, o maior mérito da parte sobre socialismo da resolução vem da sensibilidade democrática e antiburocrática presente no texto fundamentalmente a partir da incorporação de emendas no Encontro (a maioria propostas pela chapa "Proposta Socialista", mas algumas propostas por integrantes da chapa majoritária). Desta forma, ficou definido: "o PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único — a idéia de que cada classe social é representada por um único partido... é incorreta"; o fato de que na Nicarágua... apesar do cerco imperialista e da oposição militar dos 'contras' exista liberdade sindical, de organização partidária... e que inclusive foram realizadas eleições democráticas indica a atualidade da relação entre a luta pelo socialismo e a democracia".

De extrema importância igualmente foi a compreensão aprovada de que a construção do socialismo significa também a superação de todo o tipo de opressão à emancipação plena das pessoas, mais além de exploração econômica propriamente dita. O Encontro resolveu que "o projeto socialista pelo qual lutamos deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas como as das mulheres, dos negros, dos jovens, dos homossexuais e suas expressões ideológicas, em particular o feminismo..."



Manifestação anticzarista em Petrogrado: "a revolução é a festa dos oprimidos e explorados", diria Lenin, inspirado nos acontecimentos de 1905.

II - A revolução de 1905

O grande ascenso espontâneo do proletariado russo que inaugurou a experiência da greve insurrecional de massas e dos soviets.

Na sua vontade de criar o mito de um partido da revolução que está sempre adiante das massas, enérgico e infalível na previsão e no direcionamento dos combates travados pelos operários, o estalinismo reescreveu a história de 1905. Nesta história recontada, o fato vivo, fervilhante e carregado de explosões da revolução cede lugar ao previsível, à disciplina dos revoltosos diante das diretrizes dos chefes.

Nesta revisão, perde-se o fundamental da revolução de 1905: a sua espontaneidade e o seu impulso revolucionário que tensionam até o máximo limite a teoria, os métodos organizativos e a audácia até da ala esquerda da social-democracia russa, os bolcheviques.

Os escritos de Lenin do período estão carregados desta dimensão. Diz: "A educação revolucionária do proletariado avançou num dia como não poderia avançar em meses e anos de vida cinzenta, enfadonha e oprimida" (sobre o Domingo Sangrento). "A insurreição foi desencadeada. A força se responde com a força. Guerreia-se nas ruas, levantam-se barricadas, crepitam tiros, os canhões trovoam. Por toda parte, riachos de sangue; a guerra civil pela liberdade começou"; "a revolução é a festa dos oprimidos e explorados". Chega a afirmar que as massas

estão cem vezes mais à esquerda do que suas direções.

O grande desafio

Essa espontaneidade revolucionária é a expressão política de uma contradição de fundo que atravessava toda a sociedade russa do início do século. Ali, onde reinava o regime político mais reacionário da Europa, onde o liberalismo burguês era frágil e vivia aninhado no colo da aristocracia czarista, onde 61% da população ativa eram rurais submetidos a todo tipo de sistemas de opressão feudal, um desenvolvimento capitalista de enorme dinamismo formou o proletariado mais jovem, mais concentrado e mais combativo do mundo.

Uma comparação aqui é útil. Em 1914, as empresas de mil ou mais operários empregavam 41,4% do total de operários, enquanto que nos Estados Unidos abarcavam apenas 17,8%; em 1895, as fábricas alemãs de mais de mil operários ocupavam uma média de 1.900 operários, enquanto que as russas ocupavam 2.351.

Nos anos que vão de 1895 até 1904, houve na Rússia uma média anual de 43 mil grevistas; em 1905 foram 2.863.000 grevistas. Nos quinze anos que vão de 1894 até 1908, o número máximo de grevistas em um ano nos

Estados Unidos foi de 660.000, na Alemanha 527.000 e na França 483.000. Os choques dos operários com as forças da repressão são constantes na Rússia: 522 vezes em 1902 e 427 em 1903. A experiência de greves políticas se generaliza.

É, além disso, um proletariado jovem: em 1905, 50% dos operários tinham entre 20 e 29 anos. A esse proletariado, que abarcava apenas um quarta parte do conjunto da população da Rússia com pouca tradição marxista e superexplorado, corresponderia o grande desafio de ser a vanguarda da luta contra o czarismo, o desafio da construção do socialismo.

As três fases da revolução

No curto espaço de um ano, o proletariado russo passou da experiência de uma manifestação pacífica e respeitosa diante do Palácio de Inverno à experiência da greve geral, política e de massas, à insurreição armada.

O dia 9 de janeiro, conhecido com o "Domingo Sangrento", inaugura a primeira fase do processo revolucionário. Um clima de greve assola Petrogrado: entre os dias 7 e 8 são 110 mil grevistas. Nesta situação, um padre de nome Gapón, apoiado pela polícia czarista para exercer a influência sobre os operários, retirando-os da órbita dos revolucionários, convoca uma audiência pública com o czar. Uma manifestação pacífica: nem hinos, nem discursos ou bandeiras; ao invés, retratos do czar, ícones sagrados e estandartes da igreja.

As duas alas da socialdemocracia

rusa, os bolcheviques e os mencheviques, têm uma postura de participar da manifestação embora discordem de sua condução política.

Uma multidão nunca antes vista em Petrogrado, cerca de duzentas mil pessoas, concentra-se diante do Palácio do Inverno. Atacados pela cavalaria dos cossacos, os manifestantes recebem em seguida os tiros da infantaria. Centenas de operários, mulheres e crianças são mortos.

O padre Gapón, nessa noite, emite uma declaração solene: "Aos soldados e oficiais que assassinam a nossos irmãos inocentes, a suas mulheres e a seus filhos, a todos os opressores do povo: minha maldição pastoral." Entre o czar e os oprimidos da Rússia, corria agora um rio de sangue.

A criação dos soviets

A grande tragédia do 9 de janeiro teve como efeito imediato abortar o ascenso do movimento operário, principalmente em Petrogrado. A luta se transfere para a periferia da Rússia, o campesinato começa a se mover e na Polônia acentua-se um clima de revolta contra a opressão russa.

O governo toma iniciativas. Propõe a criação de uma comissão para estudar os problemas dos operários composta por eles mesmos. Votaram cerca de 150 mil operários em Petrogrado, elegendo uma representação com 20% de membros da socialdemocracia. Reprimida, sem ter atendidas as suas reivindicações, a comissão dissolve. A consciência operária dá mais um passo para a esquerda.

Em meados do ano, forma-se a primeira Duma, uma espécie de parlamento muito restrito em sua composição (dele estavam excluídos os habitantes da cidade que não possuía propriedade) e suas atribuições. Com exceção dos bolcheviques, todos os partidos participam da eleição da Duma.

Em setembro, porém, o movimento operário começa a dar mostras de reanimação. Em meados deste mês, os tipógrafos de Moscou iniciam uma greve com objetivos estritamente econômicos. Em 2 de outubro, aderem a ela os tipógrafos de Moscou. A partir do dia 7 de outubro, começam a parar os ferroviários. A greve já ganha um perfil nitidamente político: exige-se jornada de oito horas, liberdades democráticas, anistia para os presos e a convocação de uma Assembléia Constituinte. Rapidamente, a paralisação se generaliza por todo o país.

No dia 13 de outubro no auge da greve, é criado em Petrogrado o soviete dos deputados operários, com a presença de cerca de 40 delegados. O soviete foi uma criação espontânea, construída para dirigir a greve geral: cada fábrica elegia um operário que participava de um colegiado. A preocupação principal era a de construir um órgão de frente única, por cima das divergências que opunham as várias correntes revolucionárias no movimento: é significativo que as três correntes revolucionárias — socialistas revolucionários, mencheviques e bolcheviques — tinham na primeira formação do soviete apenas um delegado, mesmo assim sem direito a voto.

À medida que fortalece a sua autoridade, o soviete vai se espalhando, lançando raízes na classe, ganhando contornos de um órgão de contra-poder. Por exemplo: o destacamento armado dos operários gráficos tomou de assalto as maiores gráficas da cidade para a edição do jornal do soviete. Já em novembro, são 562 os membros do soviete de Petrogrado.

Ao mesmo tempo, multiplicam-se em outras cidades o exemplo dos sovietes de Petrogrado. Há a formação de barricadas, grupos de operários que organizam assaltos a sedes oficiais, que resistem às investidas do exército.

O ímpeto revolucionário acaba cedendo, no entanto, à pressão concentrada das forças da repressão. Onde mais se resistiu foi em Moscou, cidade em que uma guarnição de oito mil operários conseguiu manter um combate encarniçado com o exército durante dez dias.

Para os revolucionários começava um período de longo exílio, no qual a convicção revolucionária teve que fazer frente a toda sorte de privações e desmoralizações. Para o movimento operário, submetido a um período de contra-revolução, iniciava-se um longo refluxo que apenas iria começar a ser superado em 1912.

Milhões haviam feito, no entanto, a experiência da revolução. Centenas de milhares de operários haviam tido acesso à consciência revolucionária. E, sobretudo os revolucionários haviam retirado dos eventos de 1905 lições profundas e valiosas para a grande revanche do proletariado russo em 1917.

O marxismo sob o fogo da história

A revolução de 1905 esboçou a solução para grandes desafios que só seriam superados com a grande revolução de 1917.

Na principal seção da II Internacional, do Partido Social-Democrata Alemão, a reflexão sobre os acontecimentos de 1905 seria introduzida por Rosa Luxemburgo em sua brochura *Greve de massas, partido e sindicatos*. Rosa havia participado profundamente da rebelião do movimento operário, em Varsóvia.

O seu esforço teórico e militante vai no sentido de trazer a rica experiência de 1905 para a vanguarda operária alemã. Mais precisamente, o esforço de dinamitar, com o exemplo do movimento operário russo, a casamata conservadora instalada na socialdemocracia alemã, representada pela direção sindical, já na verdade com traços fortes de integração no capitalismo.

Essa intenção de Rosa Luxemburgo explica, em grande medida, o elogio da espontaneidade que há em *Greve de massas, partido e sindicatos*. Contra o preconceito nacionalista alemão, Rosa demonstra que o movimento russo evidenciara um grau de organização e consciência superiores ao vigente no proletariado alemão. Contra a separação da luta parlamentar e da luta sindical, Rosa demonstra a profunda unidade entre luta política e econômica que se manifestou em 1905. Sobretudo, Rosa quer transportar para o coração da política da socialdemocracia alemã a estratégia da greve política de massas.

A renovação do leninismo

Sem propriamente operar uma revisão dos fundamentos do *Que Fazer*, a crítica ao

economismo, o primado da luta política, a desigualdade dos ritmos de consciência de classe do proletariado que impõe uma delimitação orgânica própria da vanguarda revolucionária — 1905, modifica a sensibilidade de Lenin para as possibilidades da ação espontânea e, principalmente, incentiva um grande giro em sua concepção de organização partidária.

O teórico que chegou a afirmar no *Que Fazer* que o movimento operário por si só jamais superaria a consciência trade-unionista (sindicalista) agora diz enfático: "Citai um só período na história russa ou na história do mundo, encontrais somente seis meses ou mesmo seis anos nos quais tanto foi realizado pelas organizações espontâneas e livres das massas populares que no curso das seis semanas do turbilhão revolucionário russo..."

Aos que se apegam à letra do *Que Fazer*, identificando revolucionário a uma organização conspirativa e reduzida, vale a pena lembrar as mudanças dos bolcheviques em 1905. Em janeiro de 1905, as organizações bolcheviques contavam com 8.400 membros; na primavera de 1906, já se elevavam a 34.000 e em 1907 a 46 mil. A mudança incentivada por Lenin vai em três sentidos, estritamente ligados: abrir o partido à massa de combatentes revolucionários, alargar as células, aumentar os efetivos, democratizar o funcionamento, aproveitando as brechas da legalidade; uma profunda proletarização das bases e também das direções.

A divisão rígida entre partido de quadros e partidos de massas não se combina com o extremo senso de adaptação no plano organizativo do leninismo.

Um debate estratégico

A ascensão na prática do proletariado à liderança da luta contra o czarismo em 1905 teve um forte impacto sobre o senso comum

vigente na II Internacional. Às condições atrasadas da Rússia, dizia-se, deveria corresponder uma revolução burguesa que, arrancando os freios ao desenvolvimento do capitalismo, abriria uma nova etapa histórica na qual, então, ao proletariado estaria colocada a luta pelo socialismo. Como compatibilizar, porém, este esquema com uma realidade em que os setores liberais da burguesia apoiavam descaradamente a reação feudal e o proletariado assumia a vanguarda da luta democrática?

Os mencheviques deram uma resposta ao problema, que aprofundou o campo de divisão na social-democracia russa. Do fracasso da revolução de 1905, formularam a crítica ao esquerdismo do plano insurrecional de 1905 e adotaram uma linha estratégica de apoio crítico ao Partido Constitucionalista (Cadete), liberal.

Lenin formularia em seu *Dois táticas da social-democracia* e em escritos posteriores à derrota da insurreição, um ensinamento inverso. Incluindo os liberais no bloco contra-revolucionário, preconizou com centralidade a aliança do proletariado com o campesinato. Restava um problema insolúvel nos termos em que foi colocado: se Lenin ainda reconhecia o caráter burguês da revolução, como entender o papel a ser jogado pelo proletariado? A sua fórmula para caracterizar o poder que emergiria da revolução, a "ditadura do proletariado e do campesinato", como assinalou Trotsky, era, na verdade, uma fórmula algébrica, na qual não se definia qual classe deveria ter a hegemonia.

O rompimento com o senso comum do marxismo da II Internacional seria realizado por Trotsky, alguns meses depois de sua prisão, em Petrogrado. Trotsky, que havia sido o presidente do soviete de Petrogrado, em um ensaio intitulado *Balanco e perspec-*

tivas, formulou aquela que seria conhecida como a *teoria da revolução permanente*.

Ele afirmava que "a Revolução russa tem um caráter inteiramente original", que se explicava da seguinte maneira: "o dia e a hora na qual o poder passará para as mãos da classe operária dependerá diretamente não do nível atingido pelas forças produtivas, mas das relações da luta de classes, da situação internacional e, enfim, de um certo número de fatores subjetivos: as tradições de iniciativas e a combatividade dos operários".

Trotsky negava assim que "a ditadura do proletariado depende automaticamente do desenvolvimento dos recursos técnicos de um país"; esta concepção era a seus olhos "uma conclusão falsa, de um materialismo 'econômico' simplificando até o absurdo". Ele concluía daí que "é possível que os operários cheguem ao poder em um país economicamente atrasado antes de chegar ao poder em um país avançado". O proletariado vitorioso, entretanto, não poderia permanecer só. Seria necessário alargar as bases da revolução: encontrar aliados, principalmente entre o campesinato, constituindo "a força dominante e dirigente" e exercendo sua "hegemonia".

O estudioso Marcel Liebmann em seu *O leninismo sob Lenin* anota a tensão no pensamento de Lenin em 1905. Este chega a escrever, então, sob a pressão dos acontecimentos: "Após a realização da revolução democrática, nós abordaremos na medida precisa de nossas forças, das forças do proletariado organizado e consciente, a via da revolução socialista. Somos pela *revolução ininterrupta*. Não nos deteremos a meio-caminho." A superação da ortodoxia então vigente na II Internacional por Lenin, no entanto, só seria feita com as chamadas *Teses de Abril* de 1917.

A grande vitória da oposição

Oito anos depois da reconstrução da UNE, em 1979, uma chapa com ampla maioria de petistas consegue chegar à diretoria da entidade.

Aqui, uma avaliação do Congresso e dos desafios que a grande crise do movimento estudantil coloca para a nova diretoria.

Milton Pantaleão

A longa trajetória de crise e desgaste do movimento estudantil, principalmente de sua entidade nacional, pode ter encontrado um ponto de ruptura no último congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Realizado em Campinas nos dias 9, 10, 11 e 12 de outubro, e contando com a participação de mais de dois mil delegados, o 38º Congresso da UNE representou uma profunda derrota da política reformista hegemônica na entidade desde a sua reconstrução em 1979. A eleição de uma diretoria hegemoneizada pelo PT, contando com a presença no seu interior de todas as forças do campo combativo, abre a possibilidade concreta de reversão do quadro de dispersão e de derrotas sucessivas que os estudantes enfrentaram nos últimos anos.

Desde o final do ascenso do movimento estudantil contra a ditadura no período 1977/1979, a característica central das lutas dos estudantes tem sido o isolamento social, a fragmentação e a ausência de unificação nacional. Todo o ascenso das lutas dos trabalhadores nesse período foi realizado sem a participação dos estudantes ou com uma participação extremamente débil.

Mesmo as lutas específicas em torno das questões da universidade foram, na grande maioria dos casos derrotadas, seja pela falta de unificação nacional, seja pela pouca capacidade de um setor como dos estudantes arrancar conquistas importantes fora de uma aliança mais estreita com o restante da comunidade universitária e com o conjunto dos trabalhadores.

Somente nos dois últimos anos, duas lutas que começaram a colocar novamente em mobilização setores importantes dos estudantes universitários foram derrotadas parcial ou completamente. Em 1986, quando o governo lançou o projeto que ficou conhecido como "Projeto Geres" (Grupo Executivo de Reforma do Ensino Superior), de reformulação do ensino superior, a ausência de intervenção da UNE incapacitou uma resposta de conjunto dos estudantes, fazendo com que o governo continuasse a implementar sua política, mesmo que parcialmente. Já agora em 1987, uma grande parte das principais universidades particulares do país enfrentou um violento aumento das anuidades escolares com mobilizações importantes dos estudantes, mas a incapacidade da UNE em unificar e dirigir essa luta levou outra vez à derrota dos estudantes e ao aprofundamento e generalização da evasão escolar nessas escolas.

Foi nesse quadro de derrotas — que aumentaram o descrédito e desgaste da entidade junto aos estudantes e à sociedade — que realizou-se o 38º Congresso. Um congresso onde a eleição de delegados passou por inúmeras dificuldades, envolvendo apenas a vanguarda que atua nas entidades estudantis, com muito pouca repercussão junto à maioria dos estudantes.

Por outro lado, depois do processo de fraudes ocorrido nas últimas eleições diretas para a diretoria da entidade, o setor que dirigia a UNE (essencialmente o PC do B) teve que ceder em aspectos importantes da organização do Congresso, o que acabou por ter um papel decisivo no coibimento às fraudes e irregularidades que vêm marcando os últimos congressos da entidade. A presença de uma comissão organizadora do Congresso, formada paritariamente pela diretoria e pelo conjunto das forças que se colocavam em oposição a ela, certamente foi um elemento importante para que ao final fosse eleita a nova diretoria, impondo uma mudança fundamental nos rumos da entidade.

As resoluções do Congresso

A polarização política central do Congresso não se deu somente em torno das resoluções sobre o programa da entidade. As propostas de resoluções apresentadas se caracterizam em sua grande maioria pela defesa do Ensino Público e Gratuito e por uma postura de oposição ao governo Sarney e à sua política para a universidade. Na verdade, a grande disputa do Congresso se deu em torno da avaliação e dos rumos da entidade, de uma avaliação da crise por que passa o movimento estudantil, da responsabilidade das sucessivas diretorias hegemoneizadas pelo PC do B nessa situação e das alternativas para superá-la.

De um lado, ficou o PC do B defendendo a continuidade da política aparelhista que implementou na direção da UNE, que vinha não só afastando a entidade dos estudantes como também aprofundando o seu isolamento na sociedade e principalmente no interior do movimento operário e popular combativo do país. De outro, a oposição liderada pelo PT, que expressava uma avaliação crítica da situação do movimento, a necessidade de colocar a UNE dirigindo a luta dos estudantes nas universidades e ao mesmo tempo junto à CUT, à ANDES, à FASUBRA e ao conjunto do movimento operário e popular combativo do país na luta contra a "Nova República" e ao lado dos trabalhadores em suas lutas.



1979: a UNE é reconstruída na luta contra a ditadura

A vitória da oposição

A orientação política adotada pelas sucessivas diretorias à frente da entidade, não somente em sua postura de apoio ao governo Sarney como também na perspectiva economicista implementada nas lutas específicas, na relação aparelhista com a entidade (onde o maior escândalo foi o apoio a Tancredo deliberado no Congresso de 1984) minaram a confiança dos estudantes no conjunto das entidades estudantis e principalmente na UNE. O profundo isolamento do PC do B no congresso foi possível somente depois que a maioria das forças, inclusive setores do PT, experimentaram a atuação na diretoria em aliança com o PC do B. Este fator foi determinante na vitória da chapa de oposição, já que mesmo o PCB e o MR-8 se recusaram a compor chapa com a atual diretoria e a assumir o profundo desgaste por que passa a antiga força hegemônica na direção da UNE.

O segundo elemento importante marcando uma diferença radical com os congressos anteriores, que possibilitou a vitória da oposição, foi a superação da fragmentação das principais forças de oposição durante todos esses anos. O PT se apresentou unificado, com uma bancada coesa, o que criou todas as condições do partido dirigir a polarização e o enfrentamento com a antiga diretoria, aglutinando o conjunto das forças do campo combativo.

Ao final do Congresso, quando já era clara a derrota do PC do B na eleição da diretoria, este abandonou a disputa e o Congresso, fazendo que a chapa da oposição fosse eleita praticamente por unanimidade.

Uma tarefa difícil: reconstruir a UNE

A eleição de uma chapa de oposição, hegemoneizada pelo PT e contando no seu interior com o conjunto das forças combativas do movimento estudantil é sem dúvida um primeiro passo imprescindível para a reconstrução da UNE como referência e direção das lutas dos estudantes e do movimento estudantil como um importante aliado dos trabalhadores na sociedade.

Contudo, a tarefa que se coloca para a nova diretoria da entidade é das mais difíceis. A própria vitória da oposição no Congresso não expressa necessariamente uma confiança de importantes setores de massa nas universidades nessa nova diretoria, ou uma retomada das lutas estudantis. Expressa muito mais uma insatisfação a nível da vanguarda e, isto sim, um descontentamento da massa dos estudantes com a situação atual.

O processo de reconquista da confiança da massa dos estudantes na entidade e sobretudo da reconstrução de um movimento de massas nas universidades vai exigir um enorme esforço não só em termos de trabalho da diretoria, mas também da sua capacidade de conduzir unitariamente as lutas, de ter uma política de frente única com o PC do B e com as demais correntes que intervêm no movimento, de realizar um paciente trabalho de reorganização das entidades (Centros Acadêmicos e DCEs, sobretudo). A diretoria eleita tem todas as condições de superar esses desafios e fazer dessa gestão um marco importante no processo de reconstrução de um movimento estudantil de massas e ao lado dos trabalhadores.

A diretoria eleita

Presidente: Valmir Santos (PA)

Vice-presidente: Milton Pantaleão (RS)

Sec. Geral: Eugênio (MG)

Tesoureiro: Jackson (RS)

1º Tesoureiro: Álvaro (SP)

Rel. Internacionais: Paulo Fernando (RJ)

Dep. Imprensa: Juliano (RS)

Dep. Ensino: Colário (RS)

Dep. Assist. Estudantil: Ana Ribeiro (MG)

Dep. Cultura: Carlos Watanabe (SP)

Dep. Esportes: Carlinhos (PE)

Sec. Humanas: Wilian (RJ)

Sec. Exatas: João Costa (PE)

Sec. Biomédicas: Armando Negri (RS)

Vice-Pres. Sul: Alexandre (RS)

Vice-Pres. Centro Oeste: Hélder (MT)

Vice-Pres. Nordeste I: Dimas (CE)

Vice-Pres. Nordeste II: Augusto (SE)

Vice-Pres. Sudeste I: Pira (SP)

Vice-Pres. Sudeste II: Rogério (SP)

Vice-Pres. Norte: Botelho (PA)

EM TEMPO DEZ ANOS



Washington

Parabenizo o jornal **EM TEMPO** pelos dez anos. Este jornal tem dado uma contribuição importante para as lutas que temos levado. Na nossa categoria, por exemplo, mesmo nas eleições passadas, quando a gente participou, os companheiros deram uma ajuda importante.

O nosso objetivo também com o sindicato, é criar uma consciência de classe no trabalhador, consciência revolucionária. O sindicalismo não se faz apenas com economicismo. Nesse sentido, minha opinião é que vocês estão cumprindo um papel importante. Todas as forças políticas que estão aí, lutando ao lado dos trabalhadores na luta pela mudança radical da sociedade devem ser fortalecidas para que nós tenhamos em um futuro bem próximo, não só os jornais operários com pouca tiragem, mas um conjunto muito grande de trabalhadores envolvidos com a luta de classes de modo mais profundo.

Washington Costa é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.



Marcelo

O meu apoio ao jornal **EM TEMPO** é uma opção por uma corrente internacionalista do movimento operário, que no Brasil se empenha na construção da CUT, do PT e de organismos de luta política que expressam hoje a independência dos trabalhadores frente aos patrões e ao governo.

Esses dez anos do jornal significam que somos parte dessa firme caminhada dos trabalhadores rumo à construção do socialismo.

Marcelo D'Agostini é presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte



Belo Horizonte

Um encontro de marxistas e cristãos

Reunindo mais de 500 pessoas no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, o jornal **EM TEMPO**, em conjunto com o Diretório Acadêmico, promoveu no dia 24 de setembro o debate "Marxismo e Religião". O debate, que reuniu o teórico marxista Michael Löwy e o secretário-geral do PT mineiro, Tilden Santiago, foi assistido por lideranças sindicais e partidárias, além de estudantes e professores.

Comentando sua experiência anterior com a esquerda revolucionária, Tilden Santiago, jornalista, membro ativo das comunidades de base da periferia de Belo Horizonte, argumentava que o "sectarismo existente na década de 60 se devia a um auto-engrandecimento da esquerda, que pensava estar determinando a história e visava apenas 'ganhar quadros' católicos da antiga Ação Católica. Somava-se a isto o sentimento confuso dos militantes da

esquerda católica para com a experiência socialista nos seus vários matizes".

Michael Löwy, assediado por várias perguntas do público, lembrou "que o fundamental é o surgimento de uma corrente de revolucionários cristãos que estabeleçam pontes firmes com os marxistas revolucionários não-crentes, a partir fundamentalmente de uma prática comum em toda a América Latina."

Encerrando o debate, que marcou a comemoração dos dez anos do jornal **EM TEMPO**, Tomáz Matta Machado, atual presidente do PT em Belo Horizonte, considerou fundamental a iniciativa, afirmando que o PT mineiro vive hoje uma experiência concreta de atuação unitária de marxistas e cristãos, superando o sectarismo que caracterizou a atuação das duas correntes de grande importância na construção do PT no Estado.

EM TEMPO: Leia e assine

Quero assinar o Em Tempo e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cz\$ 500,00 () Normal: Cz\$ 300,00

Nome:
Endereço:
CEP: Cidade: Estado:

Faça uma assinatura do Em Tempo e receba de brinde um Caderno Democracia Socialista, a escolher entre os três já lançados.

Recorte o cupom e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 — CEP 05414 — São Paulo — SP

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Arabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Alvaro Merlo, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.549/0001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** Rua Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30.000; fone 226-2643; **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.000 — Fone 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; **Goiânia:** Caixa Postal 469 — CEP 74.000; **João Pessoa:** Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; **Recife:** Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo — SP.